PROGRAMA EXECUTIVO DE FORMAÇÃO AVANÇADA EM MERCADOS PÚBLICOS:

EM PROL DA PROFISSIONALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PÚBLICA

Programa de natureza interdisciplinar sobre as temáticas de Direito, Economia, Gestão Pública e Tecnologias Digitais mais relevantes para melhorar a priorização, fundamentação, formação, execução e avaliação dos contratos públicos

Informações complementares em www.apmep.pt ou http://www.opet.pt

Em parceria e com o apoio institucional

Aulas e palestras a cargo de professores e especialistas de múltiplas entidades: Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Instituto Superior Técnico, Universidade Lusíada – Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais, Escritório de Advogados BAS, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Vortal, Digitalsign, Escritório de Advogados CMS Rui Pena&Arnaut, Escritório de Advogados Cuatrecasas, Supremo Tribunal Administrativo e Tribunal de Contas

Sessões à 2ª feira das 17h às 19h

12 de Abril a 21 de Junho de 2021

Informação de contacto: mail@apmep.pt

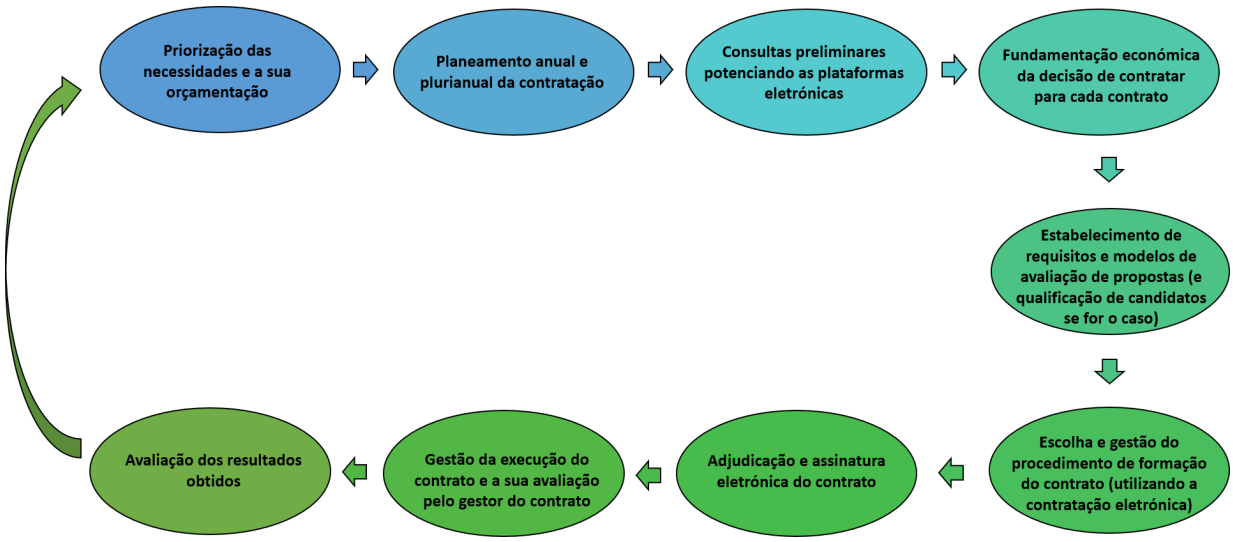
Porquê e com que objetivos?

Os mercados públicos têm vindo a ganhar importância crescente o que explica que a estimativa do seu valor para a União Europeia já ultrapasse 17% do PIB e, no que respeita às empresas para as quais as contratações públicas são muito relevantes, a estimativa disponível para Portugal atinge já ultrapassa 60%.

Ora, a contratação tem vindo a complexificar-se por virtude não só da natureza mais diversificada e tecnológica dos mercados mas também devido aos critérios mais exigentes de qualificação e adjudicação que devem passar a integrar as dimensões da qualidade, inovação, sustentabilidade e coesão, de acordo com os princípios e regras das novas Diretivas dos Mercados Públicos de 2014.

Eis porque a própria Comissão Europeia tem vindo a insistir na necessidade de intensificar os esforços de formação especializada e de profissionalização dos executivos que, nas entidades adjudicantes, preparam e conduzem os processos de contratação pública - *"public procurers"* - tal como consta da Recomendação (UE) 2017/1805 da Comissão de 3 de outubro de 2017 sobre a profissionalização da contratação pública: criar uma estrutura para a profissionalização da contratação pública.

Esta orientação visa preparar técnicos e dirigentes de modo a poderem desempenhar as complexas tarefas que são exigidas pela boa contratação pública, desde a preparação da fundamentação da decisão de contratar até à avaliação do desempenho da execução dos contratos, tal como se resume na Figura seguinte.



Como é evidente, este desempenho exige competências interdisciplinares as quais devem ser integradas e potenciadas para a formulação e a resolução dos sucessivos problemas de gestão dos processos essenciais á contratação pública.

Compreende-se assim a oferta deste Programa Avançado que se distingue das outras formações em Contratos Públicos do nosso país por:

a) Ter natureza interdisciplinar, não incidindo apenas sobre temas jurídicos;
b) Adotar as metodologias de ensino dos programas de formação de executivos pelo que combina exposições com debates orientados para a resolução de problemas.

Esta edição surge na sequência do sucesso da 1ª realizada em 2018 e tem em conta os resultados da participação da APMEP no projeto internacional de investigação sobre formação de executivos em contratação pública que inclui as Universidades de Roma-Tor Vergata-e Universidade de Turim, Itália, Universidade de Bundeswehr. Munique, Alemanha, Universidade Florida Atlantic dos EUA e Universidade Lusíada, Lisboa.

Que Programa?

Temas, Questões, Professores e Calendário

I. A evolução da Contratação Pública em Portugal

12 de Abril – 17h00 às 19h00

i O IMPIC e os Mercados Públicos

Dr. António Pires de Andrade, Presidente do IMPIC

ii A Centralização das Compras Públicas

Dr. César Pestana, Presidente da ESPAP

II. A evolução da contratação pública em Portugal

Quais os novos desafios da contratação pública em Portugal? Quais os principais impactos das alterações legislativas? Quais as principais alterações do CPTA?

20 de Abril – 17h00 às 19h00

Prof. Mário Aroso de Almeida

III. Como fundamentar a decisão de contratar e escolher o procedimento de formação do contrato? Em que casos se deve proceder à divisão do contrato em lotes? Qual o conceito de candidato e de concorrente que resulta do CCP?

Qual a fundamentação económica para a decisão de contratar? Quais os procedimentos a adotar para contratos de menor valor ou de natureza repetitiva ou duradoura? Quais as obrigações e os limites para a divisão em lotes? Podem empresas que integram o mesmo grupo apresentar diferentes propostas no mesmo procedimento?

26 de Abril – 17h00 às 19h00

Prof. Nuno Cunha Rodrigues

IV. **Como especificar os requisitos do objeto a contratar e construir modelo de avaliação das propostas? Como calcular o preço base?**

Como distribuir os atributos relevantes entre requisitos e atributos sujeitos à concorrência? Como construir o modelo de avaliação segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa? Quais as três modalidades distintas previstas nas Diretivas para o critério da proposta economicamente mais vantajosa?

3 de Maio – 17h00 às 19h00

Prof. Luís Valadares Tavares

V. **Quais as principais causas de exclusão de propostas? Como elaborar, passo-a-passo, um modelo de avaliação de propostas? Como proceder para os casos de procedimentos visando a formação de contratos de empreitada conceção-construção?**

Como aplicar as regras relativas ao respeito pelos requisitos estabelecidos? Como fundamentar a adjudicação? Quais as alterações respeitantes à formação de contratos de empreitada conceção-construção? Quais são as componentes de um modelo de avaliação de propostas e como este se operacionaliza?

10 de Maio – 17h00 às 19h00

Dr. Marco Real Martins

VI. **Qual o regime de submissão de candidaturas ou propostas em plataforma eletrónica? Quais as características, exigências e potencialidades das assinaturas eletrónicas?**

O que é, na prática, uma assinatura eletrónica qualificada? Como assinar os documentos eletronicamente? Qual a validade da assinatura eletrónica qualificada vs. assinatura autógrafa? Basta assinar eletronicamente um documento em formato PDF em que sejam reunidos todos os documentos da proposta ou candidatura? Quando se deve apor as assinaturas eletrónicas? Como assinar eletronicamente documentos emitidos por terceiros? O incumprimento de uma exigência respeitante à assinatura eletrónica pode ser considerado como uma preterição de formalidade não essencial?

17 de Maio – 17h00 às 19h00

Prof. Luís Verde Sousa

VII. **Quais as potencialidades das novas plataformas eletrónicas? Como promover o desenvolvimento de mercados eletrónicos satisfazendo as necessidades das entidades adjudicantes? O que é o SmarketCity?**

Como potenciar as plataformas eletrónicas para consultas preliminares e para os novos procedimentos por convite baseados em "request for invitation" e "request for qualification"? Como aplicar os sistemas de aquisição dinâmica? Como preparar catálogos eletrónicos? Como desenvolver e implementar o SmarketCity?

24 de Maio – 17h00 às 18h00

Dr. Rúben Assis

VIII. **Como aplicar a faturação eletrónica? Quais as novas exigências legais e novas potencialidades tecnológicas?**

Como implementar a nova legislação que impõe a adoção da fatura electrónica? Que standards devem ser respeitados? Quais as novas orientações do Gabinete Nacional de Segurança?

24 de Maio – 18h00 às 19h00

Dr. Fernando Moreira

IX. **As principais alterações introduzidas em 2020 no Código dos Contratos Públicos**

Quais os domínios de aplicação das disposições relativas a contratos relacionados com os Programas de Estabilização Económica e Social e de Transição Digital? Quais as novas regras procedimentais aplicadas nestes casos? Quais as principais alterações introduzidas no CCP, designadamente no que respeita à fundamentação da decisão de contratar e do regime de aplicação do preço base? O que são os contratos reservados e como pode ser aplicado o seu regime?

31 de Maio – 17h00 às 19h00

Dr. Gonçalo Guerra Tavares

X. **Qual o regime jurídico relativo à introdução de modificações na execução dos contratos? Quais as alterações recentes?**

Quais as recentes alterações no regime jurídico da introdução de modificações na execução dos contratos? Como calcular os limites dos trabalhos a mais e a menos? Quais os prazos para a correção de erros e omissões? Como aplicar o princípio do equilíbrio do contrato?

7 de Junho – 17h00 às 18h00

Dr. Duarte Abecasis

XI. **Como gerir a execução dos contratos públicos? Como aplicar a figura do gestor do contrato? Como estabelecer e utilizar os indicadores de desempenho?**

Como e quando estabelecer os indicadores de desempenho na perspetiva técnica, financeira e de qualidade? Quais as atribuições e responsabilidades do gestor do contrato e quem pode ser nomeado para tal? Como formar e executar "performance based contracts"?

7 de Junho – 18h00 às 19h00

Prof. José Álvaro Antunes Ferreira

XII. **A mediação e a arbitragem na formação e na execução dos contratos públicos**

Quais os benefícios da generalização dos sistemas de mediação e arbitragem na formação e na execução dos contratos públicos? Como incentivar a aplicação de tais temas com maior celeridade e contenção de custos? Quais as vantagens oferecidas pela APMEP e pelo OAL?

14 de Junho – 17h00 às 18h00

Prof. Luís Valadares Tavares e Dr. Bartolomeu de Noronha

XIII. **Quais as principais causas de litígios? Quais os principais princípios da jurisprudência aplicáveis?**

Qual a evolução da Justiça Administrativa? Quais as novas perspetivas resultantes da alteração do CPTA? Que propostas para a melhoria do sistema judicial administrativo?

14 de Junho – 18h00 às 19h00

Juíz Cristina Gallego dos Santos

XIV. *Dr. José Tavares*

O Papel do Tribunal de Contas em prol da boa utilização dos recursos públicos: A perspetiva do Presidente

21 de Junho – 17h00 às 19h00

Dr. José Tavares

Que Coordenação e Professores?

O programa é organizado pela APMEP – Associação Portuguesa dos Mercados Públicos – e dirigido por uma comissão coordenada pelo **Professor Luís Valadares Tavares**, pelo **Professor Mário Aroso de Almeida** e pelo **Professor Nuno Cunha Rodrigues**. O Prof. Luís Valadares Tavares participará em todas as sessões a fim de garantir a coerência temática, a metodologia dos cursos executivos e contribuir para os debates. Cada tema será ensinado por especialistas qualificados na área dos mercados públicos incluindo:

A) PROFESSORES:

- *Dr. António Pires de Andrade, Presidente do IMPIC*
- *Dr. César Pestana, Presidente da ESPAP*
- Prof. Prof. Mário Aroso de Almeida, Universidade Católica Portuguesa, Faculdade de Direito
- D Prof. Nuno Cunha Rodrigues, Universidade de Lisboa, Faculdade de Direito
- Prof. Luís Valadares Tavares, Universidade de Lisboa, IST e Universidade Lusíada, Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais
- Dr. Marco Real Martins, Advogado, Escritório de Advogados BAS
- Dr. Luís Verde de Sousa, Advogado e Docente da Universidade de Coimbra, Faculdade de Direito
- Dr. Rúben Assis, Especialista da Vortal
- Dr. Fernando Moreira, CEO da DigitalSign
- Dr. Gonçalo Guerra Tavares, Advogado, Escritório CMS Rui Pena & Arnaut
- Dr. Duarte Abecasis, Advogado, Advogado, Escritório de Advogados Cuatrecasas
- Prof. José Álvaro Antunes Ferreira, Universidade de Lisboa, IST
- Juíz Cristina Gallego dos Santos, STA
- Dr. Bartolomeu de Noronha, OAL
- Dr. José Tavares, Presidente do Tribunal de Contas

B) ASSISTENTES DE INVESTIGAÇÃO, DE ENSINO E DE APOIO TECNOLÓGICO

- Eng.º Gonçalo Marques Mendes (Blueprobability LDA.)
- Eng.º Vasco Moreira (Blueprobability LDA.)
- Dr. Tiago Tavares (OPET)

C) GESTÃO E APOIO TECONOLÓGICO

A gestão administrativa e financeira deste curso e os correspondentes serviços tecnológicos serão prestados pelo OPET - Observatório de Prospectiva da Engenharia e da Tecnologia (www.opet.pt), parceiro da APMEP.

D) PLATAFORMA DE E-LEARNING EDUCLINE

A formação e a partilha do conhecimento avançado neste programa são apoiadas por plataforma digital de formação a qual têm acesso professores, conferencistas e participantes.

E) CALENDÁRIO, IDIOMA E LOCALIZAÇÃO

O Programa Executivo terá início a 12 de abril de 2021 e terminará a 21 de junho de 2021, realizando-se as sessões à 2ª Feira das 17h00 às 19h00.

As sessões do curso serão ministradas em português e terão lugar através da plataforma Zoom facultando sempre a intervenção e o debate a cada participante.

F) CANDIDATURAS

Podem candidatar-se a este programa todos os interessados em contratação pública e a sua seleção terá em conta o currículo profissional e académico e bem assim a motivação e o projeto que cada participante pretende prosseguir. O processo de seleção inclui a realização de entrevista ao candidato.

A apresentação de candidaturas de participantes está aberta desde 26 de fevereiro de 2021 até 9 de abril de 2021, sendo conhecidas as decisões após esta data.

A candidatura deve ser formalizada através do preenchimento do modelo correspondente ao qual é possível de aceder através de www.opet.pt

Para quaisquer pedidos de esclarecimentos poderá utilizar o email: *mail@apmep.pt*

G) CUSTO

A propina é de 3.550 euros por estudante.

- Os participantes que promovam a inscrição de novo sócio coletivo da APMEP beneficiam de um desconto de **50%**
- Os participantes que se inscrevam em grupo incluindo número não inferior 3 beneficiam de um desconto de **40%**
- Os participantes que pertençam aos quadros de sócios colectivos da APMEP beneficiarão de um desconto de **40%**
- Os participantes que sejam estudantes de Mestrado ou Doutoramento beneficiarão de um desconto de **40%**
- Os participantes que sejam colaboradores das Entidades a que pertencem os docentes ou que sejam sócios individuais da APMEP beneficiarão de um desconto de **35%**
- Os participantes que sejam membros das Unidades Ministeriais de Compras indicados pela ESPAP beneficiarão de um desconto de **35%**
- Os participantes interessados apenas em 3 sessões poderão inscrever-se pelo valor de 1000€ **(sem desconto)**

H) PAGAMENTO

O pagamento da propina poderá ser realizado no início do curso ou, em alternativa, em três prestações a concretizar no início, até ao dia 10 de Maio e até ao dia 21 de junho.

I) QUEM é QUEM

Luís Valadares Tavares

Professor catedrático emérito de Sistemas e Gestão do IST tendo desempenhado funções de professor convidado em numerosas universidades estrangeiras e na Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais da Universidade Católica Portuguesa. Foi presidente do Comité de Educação da OCDE, Diretor Geral de Planeamento do Ministério da Educação, Gestor do Prodep e Presidente do Instituto Nacional de Administração. É presidente da APMEP (Associação Portuguesa dos Mercados Públicos), do OPET (Observatório de Prospectiva da Engenharia e da Tecnologia), investigador do CESUR (Centro de Sistemas Urbanos e Regionais), provedor do cliente da EDP e administrador não executivo do Grupo Martifer. Especialista em políticas públicas e gestão pública, planeamento e avaliação de sistemas societais, contratação publica, modelos de decisão e negociação e de gestão de conflitos, sendo autor de 30 livros e mais de 100 artigos em revistas internacionais.

António Pires de Andrade

Presidente do IMPIC Licenciado em Finanças pelo Instituto Superior de Economia.

César Pestana

Presidente do Conselho Diretivo da Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P. (eSPap, IP), desde abril de 2018. Iniciou a sua carreira como Auditor Financeiro na Coopers & Lybrand, posteriormente foi Consultor de Gestão e Gestor de Projetos de Sistemas de Informação na PricewaterhouseCoopers e na Deloitte Consulting. Entre 2000 e 2014, integrou os quadros do Grupo Portugal Telecom e durante os últimos nove anos foi administrador na PT Compras S.A. e na PT Centro Corporativo S.A. Anteriormente desempenhou funções na área de Planeamento Estratégico e Gestão de Projetos de Sistemas de Informação na PT Comunicações, S.A. Entre 2014 a 2018 foi vice-presidente do Conselho Diretivo da eSPap, IP. Licenciado em Gestão (1993) e Mestre em Gestão e Estratégia Industrial (1996) pelo Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Lisboa (ISEG-UL). É docente convidado na Porto Business School nas áreas de Gestão de Compras e Gestão de Projetos.

Mário Aroso de Almeida

Licenciatura em Direito pela Escola de Direito do Porto da Universidade Católica Portuguesa, em 1988. Mestre em Direito pela Escola de Direito de Lisboa da Universidade Católica Portuguesa, na vertente das Ciências Jurídico-Políticas, em 1994. Doutor em Direito e Professor Agregado na área das Ciências Jurídico-Politicas pela Escola de Direito do Porto da Universidade Católica Portuguesa.

Nuno Cunha Rodrigues

Professor Associado da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Vice-Presidente do Instituto Europeu. Titular de uma cátedra Jean Monnet atribuída pela Comissão Europeia. Administrador não-executivo da CGD. Advogado. Membro da Comissão de Revisão do Código dos Contratos Públicos (dezembro 2016-março de 2017). Autor de diversos artigos e livros publicados em Portugal e no estrangeiro nas áreas da Contratação Pública; Direito da Concorrência; Direito da União Europeia; Regulação Económica e Finanças Públicas.

Marco Real Martins

Mestrado em Direito Administrativo e Contratação Pública, pela Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa, em 2010. Curso de Especialização em Contratação Pública – Avaliação de propostas nos procedimentos concursais, pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, em 2010. Curso Breve em Direito – Análise e avaliação das propostas nos Procedimentos Concursais no Código dos Contratos Públicos: perspectivas jurídica e de gestão, pela Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa, em 2009. Pós-Graduação de Especialização em Contencioso Administrativo, na Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa, em 2007. Pós-graduação de especialização em Ciências Jurídico-Administrativas, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em 2006. Curso de Verão O Direito dos Contratos Públicos em Tempo de Mudança, realizado na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em 2006. Licenciatura em Direito, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em 2005.

Luís Verde de Sousa

Assistente convidado da FDUC e advogado. É mestre em direito, com investigação e prática forense na área do direito administrativo. Autor de publicações, docente e orador em cursos e conferências sobre contratação pública. Árbitro em diversos processos sobre contratos públicos.

Ruben Assis

Lead of the Government and Health business na VORTAL. Mestre em Direito e Mercados Financeiros pela Faculdade de Direito e IMS- Information Management School - Universidade NOVA de Lisboa e licenciado em Ciências Políticas pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa. Tem vasta experiência no mercado nacional relacionado com Administração Pública e Saúde, nomeadamente na gestão de projetos de processos de digitalização e implementação de plataformas de e-procurement em centenas de entidades públicas em todos os níveis da Administração Portuguesa. Participou em vários seminários e conferências sobre compras públicas. Membro da EVA Academy - Europen VORTAL Academy

Fernando Moreira

Casado com 3 filhos. Mestrado em Gestão pela Universidade de Sussex e pós Graduação em Harvard Business Scholl. Fundador e acionista de várias empresas em diferentes áreas de atividade, com foco na área de certificação Digital. CEO da DigitalSign Portugal e da DigitalSign Brasil.

Gonçalo Guerra Tavares

Tem desenvolvido a sua actividade essencialmente na área do Direito Administrativo, com especial incidência em matéria de contratação pública, construção e projectos de infra-estruturas, urbanismo, contencioso administrativo e arbitragem. Advogado da CMS Rui Pena & Arnaut desde 2004. Sócio da CMS Rui Pena & Arnaut desde 2011.

Duarte Abecasis

É sócio da Cuatrecasas desde Março de 2005. A sua prática nos últimos anos inclui, nomeadamente, o aconselhamento a entidades públicas centrais e locais, e a pessoas singulares, em concursos para atribuição de concessões de obras públicas (autoestradas, transportes públicos, abastecimento de água e tratamento de resíduos); produção de eletricidade a partir de formas alternativas de energia; a gestão e operação de terminais portuários; captação a montante e a jusante, purificação e distribuição de água e resíduos sólidos; projetos turísticos em Portugal. Foi sócio da Luiz Gomes, Abecasis & Associados entre 1987 e 1992. Foi Sócio da Luiz Gomes & Associados entre 1992 e março de 2005.

José Álvaro Antunes Ferreira

Professor Associado com Agregação do Instituto Superior Técnico (IST). Professor Convidado da Universidade Católica Portuguesa. Vice Presidente do OPET - Observatório de Prospectiva da Engenharia e Tecnologia. Coordenador do Grupo de Urbanismo e Ambiente do CESUR - Centro de Sistemas Urbanos e Regionais. Consultor no domínio da Contratação Pública, Gestão de Projectos e Planeamento Territorial. Autor de diversos artigos em revistas internacionais

Cristina Gallego dos Santos

Nascida em 09.01.1951. Licenciada em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, no período de 1976/1981. Juiz de direito na jurisdição comum desde 13.03.1984, sendo juiz de relação desde 14.09.2005. Exercício de funções na jurisdição administrativa e fiscal, em comissão de serviço, nos tribunais tributários (1ª e 2ª Instância) de 15.07.93 a Set/2003 e, desde então, na secção administrativa do TCAS

José Tavares

Presidente do Tribunal de Contas desde 7 de Outubro de 2020. Mestre em Direito (Ciências Jurídico-Políticas) pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Juiz Conselheiro do Tribunal de Contas.